

A FORMAÇÃO CONTÍNUA: REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Maria Oneide Lino da Silva¹ - UFPI.

Email: linoneide@hotmail.com

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral² - UFPI.

Email: carmensafira@bol.com.br

RESUMO

O presente estudo sobre a formação contínua apresenta uma reflexão sobre as políticas de formação dos professores e seu desenvolvimento profissional no interior da escola, a partir dos estudos bibliográficos em autores como: Alarcão (2010), Brasil (1999), Brito (2007), Loureiro (1997), Mendes Sobrinho (2007), Imbernón (2009,2010) Nóvoa (1992), Pimenta (2005), Vieira (2006), Veiga (2006) dentre outros, buscando refletir criticamente sobre as políticas de formação contínua dos professores em exercício, na relação teoria e prática, para tanto buscamos responder os seguintes questionamentos: Qual a relação existente entre formação contínua de professores com as políticas e seu desenvolvimento profissional? Qual a contribuição da formação contínua dos professores para seu desenvolvimento profissional? Os estudos revelaram que a formação contínua dos professores é um processo complexo e permanente, devendo acompanhar toda a trajetória profissional do professor, fazendo-se necessário o cumprimento das políticas de formação contínua e de valorização do magistério, na busca de novos significados atribuídos aos cursos de formação contínua de forma a garantir o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Palavras-chaves: Formação contínua. Políticas. Desenvolvimento profissional.

Abstract

This study of continuing education is a reflection on the politics of teacher training and professional development within schools, based on bibliographical studies by authors such as: Alarcão (2010), Brazil (1999), Brito (2007), Loureiro (1997), Mendes Sobrinho (2007), Imbernon (2009.2010) New (1992), Pepper (2005), Vieira (2006), Veiga (2006) among others, trying to reflect critically on policies for continuous training of teachers in the exercise from the relationship between theory and practice, both seek to answer the following questions: What is the relationship between the training of teachers with the policies and professional development? What is the contribution of the continuous training of teachers for their professional development? Studies have shown that continuous training of teachers is a complex and ongoing, and follow the entire trajectory of the teacher, making it necessary compliance with the policies of training and enhancement of teaching, the search for new meanings assigned to courses continuous training to ensure your personal and professional development.

¹ Professora especialista em Educação, pedagoga da SEDUC-PI, e Mestranda em Educação da Universidade Federal do Piauí.

² Professora Dr^a em Educação. Docente da Universidade Federal do Piauí.

Keywords: Continuing education. Políticas. Professional development.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a formação contínua dos professores, políticas de formação e seu desenvolvimento profissional, tem contribuído para muitas discussões em torno do processo de formação de professores em exercício, dessa forma buscamos refletir sobre as pesquisas de Alarcão (2010), Brasil (1999), Brito (2007), Loureiro (1997), Mendes Sobrinho (2007), Imbernón (2009,2010) Nóvoa (1992), Pimenta (2005), Vieira (2006), dentre outros, partindo dos seguintes questionamentos: Qual a relação existente entre a formação contínua de professores com as políticas e seu desenvolvimento profissional? Qual a contribuição da formação contínua dos professores para o seu desenvolvimento profissional?

Nos últimos tempos, estudos sobre a formação contínua de professores, suas práticas e seu desenvolvimento profissional são motivos de grande preocupação das políticas de formação, bem como no meio acadêmico. Nesse pensamento o curso de formação contínua no Brasil, deve seguir às necessidades do ensino e as demandas dos professores em exercício, devendo ser assegurado o trabalho de conteúdos relacionados aos diferentes âmbitos do conhecimento profissional, de forma a promover o desenvolvimento das competências para a atuação docente, nos momentos de formulação, planejamento e avaliação de projetos avaliativos nas escolas (BRASIL, 1999).

As políticas de formação de professores

As políticas de formação de professores devem ser analisadas e refletidas a partir de um contexto histórico, econômico e social, sendo que as mudanças do papel da educação variam em função das tendências educacionais contemporâneas. Nessa perspectiva, Vieira (2006) discute os cenários da reforma da formação. Cenários que impulsionaram a considerar a política educacional como manifestação da política social, sendo o estado em suas diferentes instâncias nas representações do poder público uma referência nesse sentido. Por sua vez, as organizações da sociedade civil como sindicato e outras instituições

pressionam para que estas políticas aconteçam, são estas forças que provocam as discussões, os debates e as reflexões no sentido de fazer acontecer. Reflete as políticas dessa formação a partir de três cenários: consolidação do processo de globalização, redefinição das reformas de organização do estado e o fortalecimento do papel das agências internacionais.

Nesse contexto, é possível verificar uma crise de identidade do professor entre o eu real e o eu ideal, as mudanças são aceleradas e não há tempo para acompanhá-las. Vieira (2006) agrupa em quatro grupos distintos as atitudes dos professores face às mudanças, um com atitude de equilíbrio, outros sentem - se inibidos, alguns com atitudes contraditórias aceitação e desencanto e por fim um grupo que teme a mudança. Sendo importante ressaltar que: “A globalização pode não ter chegado há sala de aula, mas seus efeitos se fazem sentir sobre ela, na medida em que afetam a vida social e econômica de todos, que passam a estabelecer novas relações com as pessoas e os objetos” (VIEIRA, 2006, p. 26).

Nesse cenário, as políticas de formação e de reforma exigem redefinição das formas de organização do próprio órgão gestor e do estado, para que essas políticas possam atender as demandas sociais em uma sociedade em constante evolução. Essa redefinição segundo Vieira (2006), envolve mudanças desde a legislação como do papel do estado, sendo assim, foram aprovadas leis como: Ementa Constitucional n. 14 de 12/09/96. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional n. 9394 de 20/12/96 e o Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef)³, instituído pela lei n. 9424, de 24/12/96. Leis aprovadas em consonância com a Constituição Federal, onde redimensionam todas as políticas educacionais, onde escola e professores assumem novos papéis diante da educação e o governo gerencia dando condições de autonomia e criando instrumentos de avaliação do sistema educativo.

Diante desse fato fazemos referências ao fortalecimento do papel das agências internacionais como a UNESCO – uma organização das Nações Unidas que vem contribuindo na difusão do conhecimento através de publicações e outros projetos, e em toda formação de professores é o foco da política educacional. Tem-se o Banco Mundial que traz investimento nessa área, um exemplo e o FUNDESCOLA considerado a maior

³ Vale ressaltar que o FUNDEF, foi substituído no ano de 2007 pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o qual foi aprovado em 06/12/2006 por Emenda Constitucional.

atividade na educação. Diante de todos esses cenários de reforma, é necessário reconhecer que a formação de professores deve ser o APCE de mudanças, uma formação contínua ao longo da vida tendo como eixo central o papel do professor no ato de ensinar.

No compromisso assumido na Declaração de Jomtien, citado por Freire (2009, p.40) afirma que o governo brasileiro implanta uma série de políticas e ações visando readequar a educação. Entre elas, “situa-se a aprovação da Lei n. 9.394/96, que determinou no art. 87, parágrafo 4º, que até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formado por treinamentos em serviço”. Dessa forma esse dispositivo, junto a outras orientações emanadas do conselho nacional de educação, mediante pareceres e resoluções, têm recolocado a discussão da formação de professores, provocando uma revisão dos atuais modelos de formação existentes no campo institucional e curricular.

Neste contexto nos anos 90 as políticas de formação contínua dos professores adquiriram valor estratégico nas reformas educacionais, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96, a qual foi caracterizada pela disseminação e regulamentações dos parâmetros, diretrizes e sistemas de avaliação referentes aos diversos níveis da educação do país. Tais determinações integraram os processos de redefinição e reconhecimento do papel do Estado que passou a atuar, por meio de procedimentos novos e de avaliação no âmbito das políticas educacionais.

Nesta perspectiva, ainda segundo a LDBEN/96 estabelece que as bases para as novas políticas de formação de professores. A lei dedica no título VI, em seus artigos 61 a 67 aos profissionais da educação, definindo três campos de formação no âmbito do magistério: a inicial para formação de professores para a educação básica; a pedagógica, destinada aos portadores de diploma de ensino superior que queiram atuar na educação básica; e a contínua que deve ser oferecida aos profissionais da educação dos diversos níveis de ensino.

A LDBEN/96 destaca ainda o papel da formação em serviço, mas sem definir princípios e procedimentos para a sua realização: “A formação de profissionais da educação [...] terá como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” (art. 61, inc. I). A lei esclarece que os sistemas de ensino deverão valorizar os profissionais da educação e assegurar-lhes, por meio dos estatutos e planos de

carreira, o aperfeiçoamento profissional continuado. (art. 67, inc. II). A legislação define que os municípios serão os responsáveis primeiros pela formação em serviço (art. 87, § 3º, inc. III) (BRASIL, 1999).

Neste contexto, as novas demandas de atendimento impostas aos professores e escolas nos últimos anos têm gerado grandes investimentos do Estado em programas de formação contínua (PIMENTA, 2005). Esta ênfase, segundo Torres (1998), é decorrente dos investimentos e recomendações do Banco Mundial nos países em desenvolvimento.

Os projetos de formação contínua, segundo as Diretrizes Educacionais apresentadas pelos Referenciais para a Formação de Professores e apontadas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 1999), devem ocorrer na própria escola, em parcerias com as Secretarias de Educação e outras instituições formadoras, envolvendo o coletivo de uma ou mais escolas. Ainda conforme aponta esse documento (BRASIL, 1999), a educação a distância surge como uma nova modalidade de formação contínua, para atender a uma grande demanda de profissionais em educação, carentes de cursos e recursos para a formação e informação.

O problema parece estar na forma como vem sendo gerida a formação inicial e contínua no Brasil, que em muitos casos se completa num curto período e superficialmente (sem muita dedicação do professor), somando-se a isso o fato de que as condições de trabalho nas escolas são freqüentemente desfavoráveis à participação e à capacitação contínua para um grande efetivo do corpo docente. Por outro lado, sabe-se que a maioria dos cursos de formação continuada à distância extingue os momentos presenciais, imprescindíveis para um programa de formação contínua de qualidade. Conforme propõe a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1999), este estudo defenderá que a formação contínua deve proporcionar uma reflexão constante por parte do professor, em seu local de trabalho. Um repensar cotidiano sobre suas práticas, inclusive com o intuito de melhorar suas condições de trabalho e, principalmente, o sistema educacional como um todo.

A formação contínua e o desenvolvimento profissional

Refletir sobre a formação contínua dos professores e seu desenvolvimento profissional nos remete para aspectos básicos como a formação inicial de nível superior

competente e de formação contínua que complemente a atualize de forma permanente o profissional, habilitando o professor para o exercício do magistério uma prática reflexiva, investigando criticamente a sua própria prática, contribuindo assim para a formação de sujeitos ativos e transformadores da escola (MENDES SOBRINHO, 2007).

Os processos de organização, sistematização e operacionalização das ações, em uma proposta de formação contínua, ocorram de forma desejável, é preciso que sejam propiciadas condições favoráveis de formação e de participação dos professores, como garantia da preservação da qualidade de ensino e formação pretendida nos documentos oficiais (BRASIL, 1999).

Com relação a formação contínua dos professores, Mendes Sobrinho (2007,p.8) destaca que vem ocorrendo em duas perspectivas, que ele denomina de “a clássica e a contemporânea” onde a primeira reforça antigas práticas através de capacitações em serviço, em cursos estanques aligeirados e a segunda considerada a mais correta que contribui para o melhoramento profissional dos envolvidos, considerando importante o trabalho coletivos dos envolvidos, bem como às necessidades e experiências dos mesmos enquanto sujeitos ativos de própria formação.

Nessa projeção Nóvoa (1992) compartilha dessa visão, acredita que, para um exercício profissional competente e autônomo faz-se necessário desenvolver ações específicas da profissão docente neste sentido, apontando a necessidade de uma formação contínua pautada na perspectiva crítico - reflexiva capaz de fornecer aos professores meios de constituição do pensamento autônomo, facilitando, assim, a dinâmica de auto-formação, que implica investimento pessoal, trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprio, com vista à construção da identidade pessoal e profissional do professor. Esses indicativos constituem-se novos desafios para os professores, superando o ensino centrado na transmissão de conteúdos disciplinares, sem práticas de valores.

E para compreender a importância da formação contínua para o seu desenvolvimento profissional, sendo interessante, analisar também o pensamento do professor como principal ferramenta para mudança de atitude perante novas situações que envolva seu aluno, durante o processo de ensino aprendizagem, assim, Garcia (1997), nos chama atenção que o conceito que melhor contempla as dimensões, antes mencionadas, é a concepção de desenvolvimento profissional dos professores, por acreditar que essa

concepção possui o sentido de aperfeiçoamento e continuidade da formação e, ainda, contempla a integração de aspectos curriculares, contextuais e práticos que auxiliam no processo transformação da realidade formativa. Outra concepção destacada como facilitadora da formação é o processo de indagação reflexiva, em que o autor acredita que essa atitude pode facilitar na conscientização da formação, sugerindo uma postura crítica frente aos problemas da prática.

Nesta compreensão Imbernón (2010), afirma que de forma paradoxal, há muita formação e pouca mudança, visto que ainda, se predomina políticas de formação e formadores que praticam com afincamento e entusiasmo uma formação transmissora e uniforme, com predomínio de uma teoria fora do contexto, fundamentada em um educador que não existe.

A formação contínua dos professores, dessa forma tece grandes críticas à eficácia do sistema de formação contínua em curso, que conforme as pesquisas de Loureiro (1997, p.151) assinalam entre outros defeitos, “a desarticulação com as reais necessidades criadas pelas mudanças no sistema educativo [...]” não só se verificam, como “se revelam completamente inadequados ao plano de desenvolvimento pessoal e profissional” do professor, contribuindo para o desinvestimento na carreira docente.

Nesta perspectiva, Giovanni (2003, p.213), traz algumas contribuições que podem favorecer a eficácia da formação contínua de professores no ambiente escolar, enfatizando que as “ações de formação continuada no ambiente escolar trabalham, portanto, com o envolvimento dos profissionais da escola no processo de investigação/reflexão sobre as suas próprias condições de trabalho”, dessa forma os mesmos não ficarão mais alheios aos projetos em andamento no ambiente escolar, rumo à qualidade do ensino e da aprendizagem dos envolvidos, em um processo coletivo de re-significação da profissão e da atividade docente no cotidiano escolar.

Nesses termos Imbernón (2010), pontua que:

A formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc..., estabelecendo de forma firme um processo constante de autoavaliação do que se faz e por que se faz (IMBERNÓN,2010,p. 47).

Assim compreendemos que a formação contínua dos professores, deve se aproximar da realidade escolar a partir de situações problemáticas dos professores, de forma a trabalhar de forma articulada com outros segmentos, criando oportunidades para a autoavaliação de seu trabalho e de sua formação recebida, com vistas as melhoria de suas práticas pedagógicas. É necessário para tanto uma atividade moral e intelectual, uma reestruturação que se inicie através de posturas críticas, mas novas para recuperar o que uma vez se sonhou e nunca se teve, e para sonhar de novo, buscando situar os professores para serem protagonistas ativos de sua própria formação contínua em seu contexto real, buscando centrar a formação contínua dos professores no próprio ambiente de trabalho.

E na possibilidade de centrar a formação contínua dos professores no ambiente escolar, Fusari (1998) em seus estudos sobre as representações dos coordenadores pedagógicos, apresenta algumas discussões pontuais a qualidade dessa formação como: a jornada de trabalho dos professores em compatibilidade com aulas, realização de atividades de formação na própria escola e fora dela, a possibilidade de um trabalho coletivo de forma a repensar o trabalho da instituição e de seus projetos, por meio de grupos de estudo e ciclos de palestras, buscar promover um processo de formação em espaços diversificados de formação, promover a avaliação de suas atividades e dos colegas, conscientizar diretores e coordenadores pedagógicos sobre a importância da formação contínua para o desenvolvimento profissional dos professores.

Compreender ainda nesse percurso a formação contínua depende das condições de trabalho dos professores, mas também do posicionamento assumido por estes em relação ao seu desenvolvimento profissional, cabendo-lhe a direção, percepção e decisão do caminho que vai percorrer. E por fim uma política de formação contínua concretizada em um programa constituído por diferentes projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação e escolas e articulada ao desenvolvimento do projeto pedagógico de cada escola.

Nessa vertente a importância dos professores como “ sujeitos da sua própria formação, deve compartilhar seus significados, com a consciência de que todos somos sujeitos quando nos diferenciamos trabalhando juntos, e desenvolvendo uma identidade profissional, sem ser um mero instrumento nas mãos de outros” (IMBERNÓN, 2010, p.78).

Assim a formação contínua dos professores deve está ancorada na sua identidade profissional, numa relação dinâmica da forma de ver e de transformar a realidade social e

educacional segundo seus valores e na capacidade de construção os conhecimentos através das trocas de experiências, as suas narrativas da vida profissional, histórias de vidas, dentre outros, sendo estas o centro de uma formação em colaboração.

Nesse entorno, Imbernón (2010), afirma que a formação contínua deve considerar a identidade docente sendo que esta envolve a dimensão pessoal e profissional, pois segundo o autor, a identidade docente é uma união de representações, sentimentos, experiências biográficas, influências, valores, sendo que esta é mutável, ou seja, se transforma de acordo com os contextos da atuação e vivência social e histórica. Diante do exposto, é imprescindível uma formação onde os professores são os sujeitos, os protagonistas de seu desenvolvimento profissional.

Assim compreende-se que o desenvolvimento profissional e contínuo dos professores se desenvolve de diversas formas, como: cursos de especialização, programas de aperfeiçoamento do magistério, cursos à distância. A partir da formação contínua, os professores podem ser capazes de incorporar a prática de pesquisa no seu cotidiano.

A acerca das pesquisas sobre a formação de professores Veiga (2006) tece algumas considerações sobre as políticas de formação e das mudanças efetuadas na política educacional, apontando discussões dos dispositivos legais, em particular a lei nº 9394/96, as diretrizes curriculares nacionais e as regulamentações emanadas do Conselho Nacional de Educação, referentes ao conteúdo de mudanças de paradigmas de conhecimentos institucionais e das formas de organização de convivência, na estruturação da família, no conceito de escola, nas formas de pensar e de agir, direcionando propostas na política de formação de professores, apontando algumas possibilidades desencadeadas pelo movimento dos educadores abordando mudanças ocasionadas no mundo contemporâneo com a globalização principalmente de natureza econômica, em escala mundial, com as transformações dos meios de comunicação e da tecnologia.

Considerando assim a importância da formação contínua e desenvolvimento profissional do professor, onde a escola assim espera do professor uma mudança de postura, frente às dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, com mais autonomia e criatividade. Com plano acadêmico de formação através dos centros de formação para os professores de crianças inadaptadas, formação do tipo escolar, as formações integradas no plano regional de iniciação à informática pedagógica, que não são obrigatórias.

Segundo as idéias de Imbernón (2009) a profissão docente comporta um conhecimento pedagógico específico, um compromisso ético e moral e uma necessidade de compartilhar e de dividir a responsabilidade com outros agentes sociais, movendo o equilíbrio entre as tarefas profissionais e a estrutura de participação social, segundo o autor a formação continuada de professores está articulada com o desempenho profissional e o reconhecimento de sua efetividade acontece na prática cotidiana.

A formação contínua nessa compreensão aparece como uma diretriz prioritária do desenvolvimento profissional e devem ser pensada do ponto de vista educacional em nível do sistema federal, municipal, e estadual de educação e do ambiente escolar, no sentido de melhor qualificação dos professores em sala de aula e os profissionais da educação, envolvendo os vários espaços de atuação. Os três eixos de análise proposto por esse estudo encontra fundamentação entre si e articulam: a formação continuada, o desenvolvimento profissional e os ciclos de vida profissional. Esses eixos possibilitam o entendimento das experiências de professores desde seu ingresso no magistério.

Considerações finais

Ao concluir essa pesquisa, fica patente a intenção de fazer com que os educadores tenham oportunidades de reflexões sobre a formação contínua dos professores, suas políticas e desenvolvimento profissional. Diante do exposto, é imprescindível uma formação onde os professores são os sujeitos, os protagonistas de seu desenvolvimento profissional. Ficando evidente a grande contribuição do processo formativo para o melhoramento profissional da profissão, no sentido de oportunizar momentos de reflexão crítica da ação, revelada na prática pedagógica e de investigação de sua própria ação docente.

Assim, os estudos revelaram que as políticas de formação e de reforma exigem redefinição das formas de organização do próprio órgão gestor e do estado, para que essas políticas possam atender as demandas sociais em uma sociedade em constante evolução docente é um processo complexo e contínuo, devendo acompanhar toda a trajetória profissional do professor.

Faz-se necessário, que a formação contínua seja vista com obra de um empenho coletivo dos professores situados no ambiente de trabalho, tendo como foco de análise e de referencia básica a sala de aula assumida, não por professores isolados, mas por uma equipe escolar comprometida e articulada com os projetos pedagógicos da escola.

Nessa perspectiva as políticas de formação contínua devem proporcionar uma reflexão constante por parte dos professores, em seu local de trabalho. Um repensar cotidiano sobre suas práticas, inclusive com o intuito de melhorar suas condições de trabalho e, principalmente, o sistema educacional como um todo. Fazendo-se necessário o cumprimento das políticas de formação contínua e de valorização do magistério, na busca de novos significados atribuídos aos cursos de formação contínua de forma a garantir o seu desenvolvimento pessoal e profissional, bem como na melhoria de suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar, contribuindo para o seu melhoramento profissional e atendendo às suas reais necessidades e experiências dos professores enquanto sujeitos ativos e participativos de sua própria formação contínua.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental –SEF, Brasília- DF, 1999.
- BRITO, A. E. **Sobre a formação e a prática Pedagógica: O Saber, o Saber-ser e o Saber – fazer no Exercício Profissional**: In MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho (Org.) **Formação e práticas pedagógicas: diferentes contextos de análises**. Teresina: EDUFPI, 2007. p.47-62
- GIOVANNI, L.M. O ambiente escolar e ações de formação continuada .In CHAVES, M.S; ARANTES TIBALLI, E.F.(Orgs.) **Concepções e práticas em formação de professores:diferentes olhares**.R.J:DP&A, 2003.p 207-224.
- DEMAILLY, L. C. Modelos de formação contínua e estratégias de mudança: In NÓVOA, A.(Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.p.139-158
- FREIRE, J.C da S. Formação de professores: políticas e tendências. In PEIXOTO, J.A(org.). **Formação, profissionalização e prática docente**. Campinas, SP: Alínea; Goiânia-PUC, 2009.p.39-54
- FUSARI, J. C. **Formação contínua de educadores: um estudo de representações de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMESP)**. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 1998.
- IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Lisboa: Porto Alegre: Artmed, 2010.
- _____. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GARCIA, M.C. A Formação de Professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor: In NÓVOA, A.(Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- LOUREIRO, M.I. O desenvolvimento da carreira dos professores. In ESTRELA, M.T(Org.). **Viver e construir a profissão docente**. Porto Alegre: Porto Editora, 1997. p 117-159.

- MENDES SOBRINHO, J.A.de C. (Org.) **Formação e práticas pedagógicas**: diferentes contextos de análises. Teresina: EDUFPI, 2007.
- NÓVOA, A. (Coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992.
- PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. (org.) **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 17-52.
- PERRENOUD, Philippe. **Práticas Pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999.
- SCHÖN, Donald. **A Formação de professores como profissionais reflexivos**. IN Nóvoa, Antonio (Cood.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995 p. 77-91.
- TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes: formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TORRES, Rosa Maria. Tendências da formação docente nos anos 90. In: WARDE, M. J. (org.). **Novas políticas educacionais**: críticas e perspectivas. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p. 173-191.
- VIEIRA, S.L. Políticas de formação em cenários de reformas. In VEIGA, Ilma P.A; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Formação de professores**: políticas e debates. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.p.13-46.
- VEIGA, Ilma P.A; AMARAL, A. L. (Ongs.). **Formação de professores**: políticas e debates. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.